

Studies”, na medida em que denota um cepticismo em relação às fontes escritas que, no caso deste estudo, parece-me, advém do facto de o autor as não ter afluado com as ferramentas teórico-metodológicas adequadas, tais como a enunciação de problemas pertinentes, a definição do método para tratá-los, o cruzamento entre fontes, a declaração de várias hipóteses de pesquisa e a reflexão em torno da bibliografia já existente.

Diga-se a terminar que este estudo tem, conjuntamente, uma agenda sociológica, antropológica e histórica. Aí reside, em suma, o seu logro analítico, pois em rigor, nem a nenhuma parece servir de forma efectiva, nem a nenhuma o autor parece querer filiar o seu trabalho. Sobretudo ao assumir que a reflexão encetada neste livro em grande parte se deve, note-se, aos azulejos setecentistas da igreja de Santa Ana: “tal como os azulejos pertencem a um molde determinado mas são diferentes entre si [...] as visitas pastorais denunciam um discurso tridentino que foi aplicado a uma sociedade que continuou, por resistência, heterogénea”. No fim, dado o cepticismo do autor em relação ao conteúdo das visitas pastorais, fica a ideia que o trabalho chegaria às mesmas conclusões tendo apenas como base a aludida azulejaria!

Jaime Ricardo Gouveia

Investigador do *Instituto Universitário Europeu – Florença. Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e da FCT.*
jaime.teixeira@eui.eu

COELHO, Francisco José Senra – *D. Augusto Eduardo Nunes professor de Coimbra – arcebispo de Évora*. Lisboa: Paulus Editora, 2010, 920 p.

O livro com o título em epígrafe é da autoria de Francisco José Senra Coelho, professor de história da Igreja no Instituto Superior de Teologia de Évora e pároco na mesma cidade. Apresentou a sua tese doutoral em inglês na Phoenix International University, com o reconhecimento do British Council que agora publicou, simplificada, em português. Evocando-se este ano o centenário da República o estudo em apreço aparece no momento ideal.

A apreciação rigorosa e sem preconceitos do que foi o catolicismo em Portugal a partir do séc. XIX ainda está por fazer em todas as suas vertentes. São contributos como este que podem ajudar a desmontar esquemas pré-fabricados e sem qualquer base consistente. Por outro lado, podemos através das suas páginas entender melhor a formação teológica dos responsáveis eclesiásticos do período estudado. Da leitura de textos como este extraem-se muitas lições para o nosso tempo que urge aprofundar com toda a atenção.

A obra é dividida em três partes: síntese biográfica de D. Augusto Eduardo Nunes, o seu pensamento social e o papel que desempenhou na primeira República. Trata-se de um notável contributo para um melhor conhecimento da história da Igreja em Portugal. O apêndice documental inclui três secções: na galeria dos arcebispos, escritor de Coimbra (1876-1886) e os documentos colectivos do episcopado português. Termina o livro com um apêndice fotográfico. A bibliografia seleccionada é bastante completa.

D. Augusto nasceu a 31 de Março de 1849 e faleceu a 11 de Julho 1920. Matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra em 1874, tendo-se doutorado 19 de Dezembro de 1880. Foi lente substituto e depois catedrático daquela faculdade, leccionando ainda no Seminário diocesano. Este livro possibilita-nos acompanhar com clareza a história da Faculdade de Teologia nesse tempo, os seus mestres e as ideias professadas. Em 1884, foi nomeado arcebispo titular de Perga e coadjutor de Évora com direito de sucessão. Em 1890, com o falecimento do arcebispo Pereira Bilhano passou a titular. Foi uma época difícil a que viveu durante os trinta anos em que esteve à frente da arquidiocese na qual exerceu uma acção pastoral muito positiva.

Como salienta D. Manuel Clemente no prefácio: «Efectivamente, a época do biografado foi das mais cruciais e decisivas que o Catolicismo português atravessou». Depois da primeira fase das relações ente o Cristianismo e o Liberalismo que começa com as invasões francesas vem a segunda fase que é a do tempo de D. Augusto, marcada desde 1870 a 1910 pela divulgação de ideias novas em que pontificavam o positivismo e o cientismo. Como escreve ainda o bispo do Porto: «Como sabemos, de 5 de Outubro de 1910 a 20 de Abril de 1911 (Lei de Separação), o grupo determinante do novo regime concretizou este ideário da maneira mais radical e inaceitável para os que permaneciam católicos de consciência e acção e acreditavam que,

bem entendidas as coisas, o Cristianismo era e seria o maior factor da liberdade e da regeneração nacional».

O arcebispo de Évora impôs-se como reputado escritor, orador, teólogo e profeta do seu tempo. Durante a sua estada em Coimbra escreveu vários livros como “Indiferentismo, tolerância e liberdade de cultos”, “Necessidade das missões religiosas nas colónias portuguesas”, “A teologia e a ciência da natureza”, “O antropocentrismo”, “Socialismo e catolicismo”, “O liberalismo”, “O múnus social da Igreja Católica”. Pela simples enumeração destas publicações podemos aquilatar da abrangência temática de D. Augusto. Vale a pena ler e reflectir sobre os assuntos versados para compreender melhor a apologética do seu tempo. O problema das relações entre a fé e a ciência deu origem no séc. XIX a grandes debates suscitados pela interpretação do Génesis e pelo extraordinário progresso do saber. Os autores católicos nem sempre manifestaram a devida compreensão do binómio fé-razão. No trabalho “A teologia e a ciência da natureza” critica as interpretações dadas pelo lente de Filosofia, Francisco Correia Barata, acerca de vários pontos, nomeadamente relativos ao darwinismo. Correia Barata (1847-1950), natural de Loulé, leccionou entre outras as cadeiras de Zoologia, Química e, Mineralogia. Foi secretário da sua Faculdade e director do Gabinete de Química. Publicou vários artigos e livros, como *Da atomicidade. Estudo crítico das teorias químicas modernas* (1871), *As raças históricas da Península Ibérica* (1873) e *Origens Antropológicas da Europa* (s. d.). Foi um grande defensor das ideias de Comte e exerceu vários cargos fora da Universidade. De salientar que nos seus escritos o arcebispo de Évora mostra-se conhecedor da notáveis especialistas da filosofia e das ciências, citando e comentando Renan, Hettinger, Reusch, Rousseau, Flammarion, Rémusat etc.

Acerca da questão social escreve: «O catolicismo não se restringe ao santuário das consciências individuais, posto que seja este o alvo próximo e predilecto de seus benefícios: é uma religião eminentemente social, cuja vida exterior anda estreitamente travada à vida da sociedade, da qual é um dos alicerces. A catástrofe que demolir esta, há-de reflectir no outro a sua acção ruínosa, sem que, todavia o catolicismo, pereça, mercê da indefectibilidade divinamente assegurada...A despeito das interessadas negativas ou da afectada indiferença de alguns estadistas célebres, é incontestável a realidade

e gravidade da questão social moderna. Aos sinistros clarões dos incêndios ateados na capital da França, o Socialismo apareceu, em sua hedionda nudez, como uma entidade viva e ameaçadora; e o vapor do sangue que tem derramado, não conseguir obscurecer o vulto execrando». Os socialistas, escreve, pretendem destruir o direito individual de propriedade e tornar a colectividade proprietária exclusiva...». Segue-se um violento ataque ao socialismo.

— O catolicismo aspira a extirpar do seio da sociedade o cancro da miséria e do pauperismo; aspira a reconciliar e aproximar o capital e o trabalho; aspira a unir todos os homens pelos vínculos da fraternidade cristã, quanto possível, a sorte dos operários; aspira a levantar o nível intelectual e moral dos chamados proletários: mas entende que a consecução destes “desiderata” não exige a destruição da ordem social, e que uma só coisa é necessária e bastante — que o corpo seja influenciado e animado pelo espírito genuinamente cristão».

A formação de D. Augusto processou-se em pleno pontificado de Pio IX e de Leão XIII. A onze anos da encíclica “Rerum Novarum” (1891) já D. Augusto defendia o direito de a Igreja Católica intervir nas questões sociais. Criticava abertamente os exageros do capitalismo liberal, então muito em moda, defendia certos direitos dos operários, como definição de horário de trabalho e idade mínima para o trabalho infantil, direito das mulheres a tempo de maternidade, domingo livre para a prática religiosa, ordenados compatíveis, etc. Situava-se na perspectiva de certos movimentos sociais estrangeiros que iam manifestando o genuíno espírito que devia orientar a evolução da sociedade.

— Relativamente à posição assumida por D. Augusto Eduardo Nunes durante a 1.^a República, o A. passa em revista os aspectos considerados mais importantes, como a génese da lei de separação, os seus efeitos, a revolução republicana e a nunciatura de Lisboa (1910), a redacção dos documentos colectivos do episcopado português, o protesto do episcopado português (5 de Maio de 1811), o caso dos padres pensionistas, os bens eclesiásticos, a lei de separação do Estado e das Igrejas (20 de Abril de 1911), o destino dos edifícios e dos bens da Igreja, as associações culturais, etc.

Foi um período altamente conturbado, mas o arcebispo eborense soube com firmeza e determinação responder às ameaças que foram surgindo de

vários quadrantes com grande sentido de rigor e objectividade. Conta-se como um dos maiores que souberam enfrentar as dificuldades surgidas, ao lado de outros prelados de então, como o patriarca de Lisboa, Mendes Belo, e os bispos do Porto, D. António Barroso, de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, e da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos, para só mencionar alguns, que deram provas admiráveis de defesa dos interesses da Igreja e da sociedade civil.

D. Augusto soube distanciar-se das correntes eclesiásticas da época: nem defensor do liberalismo nem na corrente intransigente. Aceitou o regime republicano na convicção de que a Igreja não estava vinculada a regimes; mas opõe-se ao laicismo político que tentava eliminar o dogma católico. Contudo era de opinião que a doutrina cristã devia impregnar as decisões do Estado. Estava-se longe do Vaticano II na sua concepção de uma separação entre as esferas espiritual e temporal.

De referir ainda a edição de *Theologiae fundamentalis compendium e Institutiones theologiae fundamentalis*, redigidos à luz dos ensinamentos do Vaticano I, em que pretendeu quebrar o monopolismo regalista e galicano em vigor na Universidade de Coimbra. São estudos marcantes em que essencialmente a eclesiologia é tratada com especial cuidado. Verificamos que revela o pensamento de uma época bastante distanciada dos tratados aparecidos mais tarde que se baseavam no recurso às fontes bíblicas e patrísticas e à aplicação da crítica literária e do método histórico-filológico. Compreende-se igualmente que revele não estar a par da grande renovação das ciências eclesiásticas que se estavam a verificar lá fora e que tanto haviam de contribuir para o avanço do saber teológico nas suas diversas áreas.

A sugestão feita pelo A. para que um dia se publique a obra completa de D. Augusto é de apoiar inteiramente. É certo que a obra oratória já se encontra concluída, mas havia que prosseguir a tarefa com outros trabalhos do grande arcebispo eborense. Oxalá o A., que nos brindou com este modelar trabalho, consiga realizar esse projecto.

Manuel Augusto Rodrigues

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.
mrodrigues@ci.uc.pt